O DESAFIO DO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

É previsível um gargalo produtivo em breve se não forem alterados os processos construtivos na construção civil brasileira

Marcos Otávio Bezerra Prates*

A CONSTRUÇÃO civil no Brasil vive um ciclo positivo de crescimento, apresentando indicadores que retratam essa boa fase, como a grande expansão do crédito imobiliário, que deve ultrapassar R$ 70 bilhões em 2010, e o incremento do PIB setorial da construção, que deve chegar a 13%.

Se o presente é auspicioso, o futuro também apresenta boas perspectivas, não só pelo prosseguimento de programas governamentais, como o Minha Casa, Minha Vida e o PAC, mas também com os investimentos para viabilização dos megaeventos – Copa 2014 e Olimpíadas 2016 – e as obras complementares por eles induzidas, em mobilidade urbana, em novos hotéis etc. Também a expansão do crédito imobiliário deve continuar, dobrando sua participação dos atuais 4% para 8,5%do PIB em 2015, conforme projeções da Caixa Econômica Federal.

Para o atendimento a esses desafios, o país conta com uma sólida infraestrutura de produção de insumos básicos (cimento, aço, perfis metálicos, revestimentos cerâmicos), com predomínio de grandes empresas; e um segmento produtor de insumos intermediários (esquadrias, blocos, metais), com presença disseminada em todo o território nacional e participação expressiva de pequenas e médias empresas.

No que se refere a construtoras e incorporadoras, observamos a recente abertura de capital de grandes empresas desse setor, por meio das ofertas iniciais de ações em Bolsa (IPOs), que reforçaram o modelo de atuação, em âmbito nacional, dessas empresas.

Como contraponto, a forte expansão da oferta de crédito e investimentos pressiona a demanda por mão de obra na construção civil, que vem apresentando taxas de crescimento do emprego acima de toda a indústria de transformação. Esse aumento da demanda, num contexto de insuficiente investimento – público e privado – na formação e aperfeiçoamento da mão de obra, torna previsível um gargalo produtivo muito em breve, a menos que se alterem significativamente os processos construtivos para aumentar a produtividade, como forma de atenuar essa pressão e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do emprego.

Essa questão da necessidade premente de aumento da produtividade é crucial e estratégica para toda a cadeia produtiva da construção civil brasileira, especialmente neste cenário expansionista, e não é só um problema a ser enfrentado por cada empresa por si só, mas sim um desafio de esforço e construção coletiva, com a participação de toda a cadeia produtiva, que requer o equacionamento, em nível nacional, de demandas inadequadamente atendidas e a retomada de soluções necessárias e urgentes que ficaram pelo caminho com os desacertos das políticas habitacionais e condições gerais da economia brasileira nas décadas de 80 e 90.

A abordagem dessa questão de forma sistêmica deve contemplar três eixos principais:

1. Implantação da interoperabilidade técnica e difusão da construção industrializada aberta;
2. Fortalecimento e incremento do esforço inovativo;
3. Qualificação de recursos humanos.

Para a viabilização da interoperabilidade técnica, é fundamental a plena implantação da Norma Técnica de Coordenação Modular (ABNT/NBR-15873/2010), que entrou em vigor em outubro. Assim será possível reduzir e dar coerência à variedade de medidas utilizadas na fabricação de componentes; simplificar a coordenação dimensional nos projetos das edificações, que hoje é elaborada caso a caso; simplificar o processo de marcação no canteiro de obras para posicionamento e montagem de componentes construtivos; reduzir cortes e ajustes de componentes e elementos construtivos; aumentar a intercambiabilidade de componentes tanto na construção inicial quanto em reformas e melhorias ao longo da vida útil da edificação; e ampliar a cooperação entre os diversos agentes da cadeia produtiva da construção.

Além desses benefícios, a oferta corrente no mercado de produtos que observem a coordenação modular pode levar à redução das perdas na construção que, segundo estudo financiado pela Finep e realizado por um grupo de universidades em cem canteiros de obras, apresenta uma média geral de perda de 8% em massa de um prédio, correspondendo em custo de 11% a 15% do valor do edifício, segundo estudo complementar da Universidade Federal Fluminense.

Assim sendo, ao evitar cortes e ajustes desnecessários e ao induzir maior cuidado na resolução de projetos e maior acuidade técnica na sua execução, a coordenação modular contribui decisivamente para a minimização de

desperdícios, com ganhos de custos e prazos nas obras, este pela maior facilidade de ajustes e montagens, além de evitar retrabalhos, propiciando assim aumento significativo da produtividade da mão de obra e de materiais.

A efetiva implantação da coordenação modular depende, no entanto, de uma ação convergente dos diversos agentes da cadeia produtiva, desde as indústrias, com a oferta adequada de componentes, os escritórios de projeto, as construtoras e os agentes de financiamento, podendo e devendo ser induzida pelo setor público, por meio da sua exigência nas obras públicas (escolas, hospitais, presídios, prédios administrativos etc.), assim como nos programas habitacionais do governo. Deve-se ressaltar que essa solução já é adotada há mais de 50 anos em países do hemisfério norte, assim como em alguns países sul-americanos, como o Chile, sendo a coordenação modular princípio básico para o desenvolvimento da construção industrializada aberta no país.

O fortalecimento do esforço inovativo depende, por sua vez, da melhoria da capacidade técnica na elaboração de projetos e na sua maior valorização, tanto da parte do setor público como do privado, pois é por meio deles que se insere efetivamente a inovação de produtos e processos na construção. Além disso, a inovação tecnológica na construção esbarra na ausência de mecanismos consolidados de avaliação e de seguro de garantia de desempenho. Os mecanismos existentes, além de estarem divorciados da dinâmica de mercado, são de alto custo, lentos e burocráticos demais, não estando formatados de forma adequada para cumprir seu objetivo de gerir o risco da adoção de inovações de produtos e processos. Também não levam em conta, de forma sistematizada e com agilidade de resposta, a experiência acumulada pelo uso de novos sistemas em outros países e regiões, requerendo análises redundantes e de custo elevado.

Outro fator limitante é a séria insuficiência da infraestrutura de serviços tecnológicos para a construção que caracteriza o país. A pequena rede de laboratórios de ensaios se concentra nas regiões Sul e Sudeste, não tendo cobertura nacional, o que dificulta e encarece o controle tecnológico da construção, tanto de edificações quanto de obras de infraestrutura.

Há lacunas também no âmbito normativo, tanto em termos de normas técnicas como de regulamentação. A Norma de Desempenho (ABNT/NBR-15575), que deveria entrar em vigor em novembro, provavelmente terá esse prazo prorrogado para 2012, tendo em vista a necessidade de adequação da cadeia produtiva para cumprir suas exigências, o que requer uma ação alinhada e convergente no sentido de fazê-lo.

A coordenação modular contribui decisivamente para a minimização de desperdícios, com ganhos de custos e prazos nas obras



André C. Michelin

Desse modo, precisam ser desenvolvidos programas setoriais para modernização dos diferentes segmentos fornecedores de materiais, de equipamentos e construtores, no sentido de aprimorar o encadeamento produtivo e articular as suas demandas, visando disseminar processos construtivos inovadores, esforço do qual devem participar também os órgãos de governo e os agentes financiadores, para que os gargalos apontados possam ser superados.

Em termos de soluções de mercado, o desenvolvimento de um modelo de *seguro de performance*, a exemplo dos existentes em países do hemisfério norte, também pode ajudar no aperfeiçoamento do ambiente de negócios, em prol da agilização da incorporação da inovação na construção, fundamental para o aumento de produtividade requerido.

Por fim, é absolutamente necessária a formulação e implantação de um grande programa de formação, capacitação e requalificação de recursos humanos, em dimensão nacional e com magnitude suficiente para produzir efeitos de melhoria das habilidades e competências atualmente exigidas para o aumento da produtividade e da qualidade do trabalho, num contingente de mais de 2,5 milhões de trabalhadores.

Esse esforço deve contemplar os níveis técnico, gerencial e operacional e só será possível com um expressivo aumento dos investimentos públicos e privados na formação de novos talentos e na capacitação e requalificação dos profissionais que atuam na cadeia produtiva da construção.

Enfim, a obtenção de um aumento médio anual de 3% da produtividade no setor da construção civil, necessário para dar sustentabilidade a esse ciclo de crescimento do setor, requer a compreensão por parte das lideranças empresariais, dos dirigentes de empresas e dos níveis estratégicos de decisão no setor público, da importância estratégica e urgência de sistematizarem um esforço coletivo no sentido da clara e objetiva definição e implementação das estratégias e ações necessárias para gerar este resultado, que, com absoluta certeza, não ocorrerá por geração espontânea.

* Diretor do Departamento de Competitividade Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.